

**HABEAS CORPUS Nº 494.294 - DF (2019/0048266-4)**

**RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO**  
JULIANO MARTINS DE GODOY - DF022009  
**IMPETRADO : MINISTRO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**  
**PACIENTE : CHRISTIAN ANYANWU (PRESO)**

**DECISÃO**

**Vistos.**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado pela **DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO**, em favor de **CHRISTIAN ANAYANWU**, nigeriano, apontando-se, como autoridade coatora, o Sr. **Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, nos termos do art. 105, I, c, da Constituição da República.

Insurge-se contra a Portaria n. 1.044, de 11.07.2018 (fl. 12e), expedida pela autoridade coatora, que determinou a expulsão do Paciente do território nacional, nos termos do art. 54, § 1º, II, da Lei n. 13.445/2017, em virtude de sua condenação pela prática de crime de tráfico internacional de entorpecentes, previsto no art. 33, *caput*, c/c 40, I, da Lei n. 11.343/2006.

Alega que o Paciente foi condenado à pena de 7 (sete) anos de reclusão, mais 700 (setecentos) dias-multa, em regime inicial fechado, pelo Juízo Federal da 6ª Vara de Guarulhos/SP e que o Tribunal Regional Federal da 3ª Região proveu parcialmente sua apelação, para reduzir a pena para 4 (quatro) anos, 10 (dez) meses e 10 (dez) dias de reclusão, mais 485 (quatrocentos e oitenta e cinco) dias-multa, em regime semiaberto, com trânsito em julgado do acórdão em 21.03.2017.

Aponta que o Paciente cumpre a pena que lhe foi imposta na Penitenciária de Itai/SP.

Sustenta ter sido instaurado processo administrativo, que culminou com a expedição da Portaria n. 1.044, de 11.07.2018 (fl. 12e), do Sr. Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública (fl. 16e), a qual determina a expulsão do Paciente.

Narra que o Paciente possui filha brasileira nascida em 25.11.2018, em São Paulo/SP (fls. 10e e 13e) e, pondera, genericamente, que essa filha está sob sua guarda e dele depende economicamente.

Acrescenta que a Constituição da República, em seu art. 227, estabelece

ser dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, do direito à convivência familiar, e que a nova Lei do Estrangeiro - Lei n. 13.445/2017 - "dispôs, no artigo 55, II, *a*, que não se procederá à expulsão do estrangeiro que tiver filho brasileiro sob (1) sua guarda ou (2) dependência econômica ou (3) socioafetiva ou (4) que tiver pessoa brasileira sob sua tutela" (fl. 06e).

Discorre que esta Corte Superior, interpretando esse dispositivo, asseverou que "é preciso demonstrar, no momento da impetração, que a prole brasileira do expulsando está sob sua guarda ou dependência econômica ou convivência socioafetiva, de modo alternativo e não mais cumulativo, como dantes se entendia" (HC 441.090/DF, 1ª S., Rel. Min. Gurgel de Faria, j. 23.05.2018, DJe 02.08.2018).

Requeru, liminarmente, a suspensão do ato normativo impugnado, até o julgamento final do *writ* e, no mérito, a concessão da ordem para cassar a Portaria n. 1.044, de 11.07.2018 (fl. 12e), do Sr. Ministro de Estado da Justiça.

A liminar foi indeferida (fls. 17/21e).

Nas informações prestadas, a autoridade coatora esclareceu que (fls. 63/80e):

*17. Com efeito, o paciente não atende aos requisitos da dependência econômica e afetiva.*

*18. Além de não comprovar relação de dependência econômica e afetiva entre o paciente e alagada filha brasileira, a impetrante também não comprova qualquer receio de ocorrência iminente de ofensa à liberdade de locomoção do paciente.*

*(...)*

*20. O Superior Tribunal de Justiça, no acórdão proferido no Agravo Regimental no Habeas Corpus n. 339454 (Rel. Min.*

*Gurgel de Faria. Quinta Turma. Data da decisão 17/11/2015. Data da publicação 02/12/2015) destacou:*

*(...)*

*22. Com efeito, a ação deve ser julgada improcedente também porque a impetrante não comprova nenhum receio de iminente concretização da expulsão.*

*C) DA VALIDADE DA PORTARIA MINISTERIAL DE EXPULSÃO: AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE PROVA PRÉ -CONSTITUÍDA PELA IMPETRANTE* *23. O habeas corpus, como writ constitucional, não comporta dilação probatória e, por conseguinte, deve vir instruído com todas as provas das alegações que encerra, com vistas a demonstrar a ilegalidade do ato tido por coator.*

*(...)*

*28. No caso concreto, a impetrante não apresentou provas*

*pré-constituídas. Válido rememorar o seguinte trecho da decisão que indeferiu o pedido liminar:*

*Narra que o Paciente possui filha brasileira nascida em 25.11.2018, em São Paulo/SP (fls. 10e e 13e) e, pondera, genericamente que essa filha está sob sua guarda e dele depende economicamente.*

*Portanto, em sede preliminar, destaco que "o Paciente cumpre a pena que lhe foi imposta na Penitenciária de Itai/SP" (fl. 04e).*

*Ademais, apesar de ter filha brasileira nascida em 25.11.2018 (fls. 10e e 130e), não restou demonstrada nesta sede, sua dependência econômica.*

*(...)*

*D) DA VALIDADE DA PORTARIA MINISTERIAL DE EXPULSÃO: A MOTIVAÇÃO ROBUSTA PARA A DECISÃO DE EXPULSÃO 30. Convém apontar que o ponto de maior relevância para a decisão de mérito do processo administrativo de expulsão foi a condenação imposta pela Justiça brasileira ao paciente.*

*(...)*

*33. Convém salientar que o paciente cometeu crime de natureza gravíssima, donde não restou dúvida quanto à materialidade, autoria e a natureza do delito.*

*34. Ora, o diploma legal que rege a situação jurídica do estrangeiro no Brasil não permite o ingresso de clandestino, proíbe o exercício de atividade remunerada e a permanência do turista após o vencimento do prazo legal estipulado.*

*Nota-se que a situação do paciente é muito mais grave!*

O Ministério Público Federal opinou pela denegação da ordem (fls. 82/111e).

**É o relatório. Decido.**

Acerca da excepcionalidade do afastamento do decreto de expulsão, a Lei n. 13.445/2017 determina que:

Art. 54. A expulsão consiste em medida administrativa de retirada compulsória de migrante ou visitante do território nacional, conjugada com o impedimento de reingresso por prazo determinado.

§ 1º. Poderá dar causa à expulsão a condenação com sentença transitada em julgado relativa à prática de:

*(...)*

II - crime comum doloso passível de pena privativa de liberdade, consideradas a gravidade e as possibilidades de ressocialização em território nacional

*(...)*

Art. 55. Não se procederá à expulsão quando:

I - a medida configurar extradição inadmitida pela legislação brasileira;

II - o expulsando:

a) tiver filho brasileiro que esteja sob sua guarda ou dependência

*econômica ou socioafetiva ou tiver pessoa brasileira sob sua tutela;*  
*b) tiver cônjuge ou companheiro residente no Brasil, sem discriminação alguma, reconhecido judicial ou legalmente;*  
*c) tiver ingressado no Brasil até os 12 (doze) anos de idade, residindo desde então no País;*  
*d) for pessoa com mais de 70 (setenta) anos que resida no País há mais de 10 (dez) anos, considerados a gravidade e o fundamento da expulsão;*  
*ou*  
*(...)*

*Art. 82. Não se concederá a extradição quando:*

*I - o indivíduo cuja extradição é solicitada ao Brasil for brasileiro nato;*  
*II - o fato que motivar o pedido não for considerado crime no Brasil ou no Estado requerente;*  
*III - o Brasil for competente, segundo suas leis, para julgar o crime imputado ao extraditando;*  
*IV - a lei brasileira impuser ao crime pena de prisão inferior a 2 (dois) anos (destaques meus).*

Conforme se verifica, o Paciente teve decretada administrativamente sua expulsão do território nacional, com a expedição da Portaria n. 1.044, de 11.07.2018 (fl. 12e), expedida pela autoridade coatora, nos termos do art. 54, § 1º, II, da Lei n. 13.445/2017, em virtude de sua condenação pela prática de crime de tráfico internacional de entorpecentes, previsto no art. 33, *caput*, c/c 40, I, da Lei n. 11.343/2006.

Ademais, o Paciente foi condenado à pena de 7 (sete) anos de reclusão, mais 700 (setecentos) dias-multa, em regime inicial fechado, pelo Juízo Federal da 6ª Vara de Guarulhos/SP e que o Tribunal Regional Federal da 3ª Região proveu parcialmente sua apelação, para reduzir a pena para 4 (quatro) anos, 10 (dez) meses e 10 (dez) dias de reclusão, mais 485 (quatrocentos e oitenta e cinco) dias-multa, em regime semiaberto, com trânsito em julgado do acórdão em 21.03.2017.

Além disso, apesar de ter filha brasileira nascida em 25.11.2018 (fls. 10e e 13e), não restou demonstrada, nesta sede, sua dependência econômica.

Esta Corte Superior entende que, quando o estrangeiro não detenha a guarda de filho menor, deve haver a comprovação efetiva da relação de dependência econômica e financeira.

Nesse sentido:

**PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. HABEAS CORPUS. EXPULSÃO DE ALIENÍGENA DO TERRITÓRIO NACIONAL.**

**PROLE BRASILEIRA NASCIDA APÓS O COMETIMENTO DE ILÍCITO PENAL E DA EDIÇÃO DO ATO DE EXPULSÃO. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA SOBRE OS REQUISITOS PREVISTOS NAS ALÍNEAS "A" E "B" DO INCISO II DO ART. 55 LEI N. 13.445/2017.**

1. A Portaria n. 893, que determinou a expulsão da paciente do território nacional, foi publicada em 26/6/2018 (e-STJ fl. 10), ou seja, já sob a égide da Lei n. 13.445/2017.

2. A jurisprudência sedimentada no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, ainda na vigência da Lei n. 6.815/1980 (cognominada Estatuto do Estrangeiro), conferia temperamentos à interpretação do art. 75, II, do diploma em questão, no sentido de impedir a expulsão de estrangeiro que tivesse prole brasileira, ainda que tivesse sido gerada após a condenação penal e ao decreto expulsório, no afã de tutelar a família, a criança e o adolescente. 3. A Lei n.

13.445/2017 (chamada Lei de Imigração) revogou a Lei n. 6.815/1980 e inaugurou novo regramento para o tema em discussão; pôs fim à exigência temporal mínima de cinco anos, que era prevista na Lei revogada. Além disso, prevê que o estrangeiro o qual tiver filho brasileiro sob sua guarda, ou dependência econômica, ou socioafetiva ou tiver pessoa brasileira sob sua tutela não poderá ser expulso do território nacional. Precedentes: HC 420.022/SP, Relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Seção, DJe 27/6/2018; e HC 441.090/DF, Relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Seção, DJe 2/8/2018. 4.

No caso em foco, todavia, não há, nos autos, prova pré-constituída de que a prole brasileira está sob a guarda da paciente, ou que está sob sua dependência econômica ou mesmo da convivência socioafetiva, na medida em que apenas foi juntada a cópia da certidão de nascimento da filha da paciente (e-STJ fl. 13).

Também não há nenhuma prova de que a paciente conviva em regime de união estável com pessoa residente no Brasil. Dessa forma, é extrema de dúvidas que não foram observadas as alíneas "a" e "b" do inciso II do art. 55 Lei n. 13.445/2017, razão pela qual é defesa a concessão da ordem de habeas corpus.

5. Ordem de habeas corpus denegada.

(HC 470.138/DF, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/12/2018, DJe 17/12/2018).

**ADMINISTRATIVO. HABEAS CORPUS. ESTRANGEIRO. EXPULSÃO. UNIÃO ESTÁVEL. COMPROVAÇÃO. AUSÊNCIA. EXCLUDENTE DE EXPULSABILIDADE. DEMONSTRAÇÃO. INEXISTÊNCIA.**

1. A via estreita do remédio heroico não contempla dilação probatória, constituindo ônus do impetrante a demonstração, mediante prova pré-constituída, da alegada coação ilegal (HC 400.693/DF, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 23/08/2017, DJe 29/08/2017).

2. Caso em que se determinou a expulsão de cidadão nigeriano do

*território nacional, como incurso nos arts. 70 e 71 da Lei n.*

*6.815/1980, devido à condenação ao cumprimento de pena privativa de liberdade de 4 anos, 10 meses e 10 dias de reclusão, pela prática do delito previsto no art. 33, caput, c/c o art. 40, I, ambos da Lei n.*

*11.343/2006.*

*3. A impetração veio desacompanhada de prova inequívoca da existência de união estável, o que não permite o reconhecimento de hipótese excludente de expulsabilidade encartada no revogado art.*

*75, II, "a", da Lei n. 6.815/1980.*

*4. A Lei n. 13.445/2017 - cujas disposições aboliram o interregno temporal superior a 5 anos para o reconhecimento de casamento com o fito de inibir o decreto de expulsão - não vigia ao tempo da impetração e, em obter dictum, também desabriga o pedido, porquanto não comprovado o reconhecimento judicial ou legal da união informada, como exige o novo regramento.*

*5. Writ denegado.*

*(HC 422.680/DF, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 13/12/2017, DJe 22/02/2018).*

**HABEAS CORPUS. EXPULSÃO DE ESTRANGEIRO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DE EXCLUDENTE DE EXPULSABILIDADE PREVISTOS NO ART. 75, II, DA LEI Nº 6.815/80. IMPOSSIBILIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA NA VIA ELEITA. ORDEM DENEGADA.**

*1. Caso em que a impetração não se faz acompanhar de prova pré-constituída de que a menor brasileira, filha do paciente, dele dependa economicamente e com ele mantenha convivência socioafetiva, como alegado na exordial. 2. O Superior Tribunal de Justiça perfilha o entendimento segundo o qual a via estreita do habeas corpus não admite dilação probatória, constituindo ônus do impetrante a demonstração, mediante prova pré-constituída, da alegada coação ilegal. Nesse sentido, dentre outras, a decisão colegiada proferida no HC 309.982/DF, Rel. Ministro Og Fernandes, Primeira Seção, DJe 19/03/2015.*

*3. Habeas Corpus denegado, com a consequente revogação da decisão concessiva da liminar, restando prejudicado o agravo interno interposto pela União.*

*(HC 400.693/DF, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 23/08/2017, DJe 29/08/2017).*

**HABEAS CORPUS. EXPULSÃO DE ESTRANGEIRO.**

*A expulsão do estrangeiro pode ser evitada para proteger os interesses do filho brasileiro, menor de idade.*

*As hipóteses inibitórias da expulsão do estrangeiro não estão caracterizadas na espécie, porquanto o filho do impetrante não está sob a sua guarda e tampouco dele depende economicamente.*

*Habeas Corpus denegado.*

*(HC 269.859/SP, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, PRIMEIRA*

SEÇÃO, julgado em 12/02/2014, DJe 18/02/2014).

Por outro lado, a efetivação do decreto de expulsão ficou condicionada ao cumprimento da pena imposta ao Paciente e sua expressa liberação pelo Poder Judiciário (fl. 16e).

Todavia, a Defensoria Pública da União não trouxe nenhum elemento comprovando a iminência da expulsão do Paciente do território nacional, por já haver cumprido a reprimenda penal, bem como, a autorização expressa do Poder Judiciário.

Por fim, sabe-se que em sede de *habeas corpus* a prova deve ser pré-constituída e incontroversa e, compulsando o presente feito, constato que a peça inicial veio desacompanhada da indispensável documentação.

Ocorre que a ausência de peças essenciais ao deslinde da controvérsia impede a análise, de plano, da plausibilidade do pedido formulado.

Nesse sentido:

**PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. HABEAS CORPUS. EXPULSÃO DE ALIENÍGENA DO TERRITÓRIO NACIONAL. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DE EXCLUDENTE DE EXPULSABILIDADE. ART. 55, II, DA LEI N. 13.115/2017. INADMISSIBILIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA, NA VIA DO WRIT. NECESSIDADE DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO DEMONSTRADO. ORDEM DENEGADA.**

1. Constitui ônus do impetrante a demonstração da coação ilegal, mediante prova pré-constituída, porquanto a via do *habeas corpus* não admite dilação probatória.

2. Caso em que o paciente, condenado ao cumprimento de pena por tráfico de entorpecentes, teve decretada sua expulsão. Não há prova pré-constituída de que a filha menor do paciente esteja sob sua guarda ou dependência econômica ou socioafetiva (art. 55, II, b, da Lei 13.115/2017).

3. Ordem denegada.

(HC 427.926/DF, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 25/04/2018, DJe 30/04/2018).

**PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. EXPULSÃO DE ESTRANGEIRO. IMPOSSIBILIDADE DE LITISCONSÓRCIO OU INTERVENÇÃO DE TERCEIROS, EM HABEAS CORPUS. PRECEDENTES DO STJ. EXPULSÃO DE ESTRANGEIRO APÓS O CUMPRIMENTO DA PENA E O DECRETO EXPULSÓRIO. HABEAS CORPUS. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS**

**DE EXCLUDENTE DE EXPULSABILIDADE. ART. 75, II, B, DA LEI N. 6.815/80. INADMISSIBILIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA, NA VIA ANGUSTA DO WRIT. NECESSIDADE DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO DEMONSTRADO. ORDEM DENEGADA.**

I. Constitui ônus do impetrante a demonstração da coação ilegal, mediante prova pré-constituída, porquanto a via angusta do habeas corpus não permite incursões em aspectos que demandam dilação probatória.

II. Do exame dos autos, verifica-se que o paciente, após cumprimento da pena por tráfico de entorpecentes, foi submetido a processo administrativo de expulsão, que culminou com sua expulsão em 24 de fevereiro de 2003. Não há provas de manutenção da convivência entre a prole e o paciente. Merece atenção o fato de que já se passaram 12 (doze) anos desde a efetivação da expulsão e a presente impetração.

III. Ademais, também não constam provas de que, durante este período, o paciente tenha contribuído, ao menos materialmente, para o sustento dos filhos.

IV. Na forma da jurisprudência do STJ, "a expulsão do estrangeiro pode ser evitada para proteger os interesses do filho brasileiro, menor de idade. As hipóteses inibitórias da expulsão do estrangeiro não estão caracterizadas na espécie, porquanto o filho do impetrante não está sob a sua guarda e tampouco dele depende economicamente" (STJ, HC 269.859/SP, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 18/02/2014). Em igual sentido: STJ, HC 239.329/DF, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 02/06/2014; STJ, AgRg no HC 276.884/DF, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 17/10/2013.

V. Ordem denegada.

(HC 309.982/DF, Rel. Ministro OG FERNANDES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 11/03/2015, DJe 19/03/2015)

Ante o exposto, **não conheço do presente *habeas corpus***, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora